

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 63

Data: 02.04.78

Pg.: _____

Advogados da Funai abandonam tribunal

Da sucursal de
BRASÍLIA

A atuação considerada suspeita do juiz Amando de Lima e a falta de isenção do corpo de jurados que participariam do julgamento dos réus envolvidos nas mortes do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio bororó Simo, ocorridas em junho de 1976, em Merure, Mato Grosso, foram os motivos que levaram o promotor João Filgueiras e os advogados da Funai a interromper a sessão, abandonando o tribunal de Barra do Garças esta semana. Segundo o advogado Saife Carneiro, "toda a cidade já sabia, mesmo antes do início do julgamento, que os dois réus seriam absolvidos por unanimidade". Ele afirma que foi ameaçado de morte, assim como outros advogados da Funai.

Mesmo empenhada em um novo julgamento "mais decente", a Funai reconhece que os dois réus, Manoel Borges e Bento Bispo, são bodes expiatórios nesse processo, pois dezenas de pessoas deveriam estar no banco dos réus para respon-

der pela invasão da área indígena e a morte de duas pessoas por causa de problemas de terra. Na ocasião, a Funai havia iniciado a demarcação da reserva bororó, fato que irritou fazendeiros e posseiros. Liderados pelo fazendeiro João Mineiro — que respondera a um processo paralelo em Cuiabá — 62 pessoas, no dia 6 de junho, foram até a sede da missão salesiana e depois de discussões atiraram nos índios e no padre Rodolfo, que dirigia a missão.

Onze envolvidos na invasão fugiram, outros não foram indiciados e, finalmente, sobraram apenas dois posseiros, que serão julgados. João Mineiro, depois de passar vários meses foragido, acabou se apresentando à polícia em Cuiabá, onde aguarda, em liberdade, o seu julgamento.

MASSACRE

"Não quero que seja repetida em Barra do Garças a mesma farsa que encobriu o massacre do paralelo onze, quando toda uma tribo de índios cinto larga foi morta a mando do grupo Ar-ruda Junqueira". A afirmação foi feita pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araujo

Oliveira, que pretende não só acompanhar e atuar no julgamento de Barra do Garças mas, principalmente, no de João Mineiro, em Cuiabá.

O massacre dos cinto larga ocorreu em Rondônia, em 1968. Toda a tribo foi morta e uma índia, dependurada de cabeça para baixo e cortada ao meio com um facão. Esse crime acabou sendo divulgado pela imprensa internacional e acirrou, na ocasião, as campanhas contra o genocídio no Brasil.

Os advogados contratados pela Funai para atuar em Barra do Garças disseram, em Brasília, que o juiz queria abrir a sessão do julgamento sem esperar pelas testemunhas de acusação que a Funai traria de Merure. O próprio promotor João Filgueiras pediu o prazo de 30 minutos para, que as testemunhas chegassem, o que não foi aceito pelo juiz.

Uma tumultuada sessão foi aberta, mesmo com o protesto dos advogados da Funai e do promotor que acabaram se retirando, interrompendo as discussões.